

100 anos de
Lúcia Casasanta



PRESENCIA

Pedagógica

EDITORA DIMENSÃO • V.15 • N.85 • JAN./FEV. 2009 • ISSN 1413-1862 • R\$ 25,90

Educação
sem
homofobia



Diversidade sexual na sala de aula

■ ROBERTO ALVES REIS*



Foto: Roberto Alves Reis

Alunos da Escola Municipal Antônio Gomes Horta, de Belo Horizonte, em sua feira de cultura.

* Jornalista, mestre em Comunicação pela UFMG e assessor de comunicação do programa Conexões de Saberes na UFMG.
E-mail: robertocomunica@yahoo.com.br

O pacto do silêncio vigora no dia-a-dia da escola quando se trata de estudantes gays, lésbicas, travestis ou transexuais. E, no entanto, eles sofrem na pele com a discriminação. A solução? Enfrentar o problema e promover o respeito à diferença

A pedagoga Angela das Graças Serra Lopes, professora da rede municipal de Belo Horizonte, já viu colegas recomendarem um psicólogo aos pais de um aluno porque ele não gostava de brincar com os outros meninos e era discriminado. Ela pergunta: “Tem de existir algum problema na família para ter uma orientação sexual que não seja a heterossexual?!” E ela mesma responde: “Agora sei que não. O curso ampliou a minha visão”. O curso a que Angela se refere é o Projeto Educação sem Homofobia, que ela frequentou de abril a dezembro de 2008, em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A intenção do projeto é justamente questionar práticas, posturas e valores presentes no universo da escola que, ao reforçarem a heterossexualidade como a única sexualidade possível, acabam por excluir outras manifestações de sexualidade. Para Angela, o aprendizado não termina com o fim do seu curso: “Aprendi tudo? Não! É preciso vivenciar mais. Aprendi receita? Não tem receita! Temos de levar o aluno a refletir até que ponto está respeitando ou desrespeitando o outro”.

Participaram do Educação sem Homofobia 240 professores e professoras, que fizeram um curso com



Diversidade sexual na sala de aula

carga horária de 80 horas – 60 horas presenciais e 20 vivenciais. Foram abordados temas como direitos sexuais, entendidos como direitos humanos, identidade de gênero, movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), novas configurações familiares e metodologias de intervenção. Essas metodologias buscam capacitar os professores para analisarem a própria escola e detectarem tanto a diversidade sexual ali presente (mas que não aparece e deve ser reconhecida) quanto situações de homofobia e sexismo, que devem ser combatidas. Ao final do projeto, em dezembro último, foram apresentados às turmas jogos educativos, como um quebra-cabeça e um jogo de memória para crianças. Para os adolescentes, foi elaborado o jogo “E aí?”, com personagens típicos do dia-a-dia dos estudantes vivendo situações nas quais a diversidade sexual é abordada de maneira lúdica.

“O Educação sem Homofobia coloca o tema das homossexualidades e das transexualidades no centro do processo de formação de alunos e educadores e aponta para a importância da universidade repensar suas práticas e formas de ensino à luz dos direitos humanos e sexuais”, explica o coordenador-geral do projeto, Marco Aurélio Máximo Prado, professor de psicologia da UFMG e pesquisador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG (NUH). O Educação sem Homofobia é coordenado pelo NUH em parceria com as secretarias de educação de Belo Horizonte e Contagem, o Centro de Referência GLBT de Belo Horizonte, o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual da UFMG (GUDDS!), o Instituto Horizontes da Paz e o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos-MG). Inserido no Programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, o projeto é financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC).

A escola no armário

A pesquisa *Juventude e Sexualidades*, realizada pela Unesco em 2004, entrevistou alunos de escolas do Ensino Fundamental e Médio de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal sobre as pessoas que eles não gostariam de ter como colega de classe: ¼ dos estudantes disse que não gostaria de ter um colega homossexual. Outra pesquisa, realizada pelo mesmo órgão, enfocou a opinião dos professores. Para 59,7% dos entrevistados, é inadmissível uma pessoa ter experiências homossexuais.

Esses estudos indicam, portanto, que o preconceito não perambula apenas pelo pátio entre os alunos; ele também pode tomar assento na sala dos professores. “A escola ainda não se sabe lidar com a diferença”, acredita a professora de Ciências e Biologia Sheila Kênia de Almeida, que participou do Educação sem Homofobia. Em 2006, a educadora deparou com cenas de discriminação dentro da instituição em que trabalhava. No Conselho de Classe, ela escutava termos como “veadinho” e “bichona” contra um aluno do 3º ano do Ensino Médio, na época, com 17 anos. Problemas fora e dentro da escola – o irmão não o cumprimentava, mesmo estudando no mesmo local – levaram-no a uma crise depressiva que o afastou temporariamente da escola. Na sua volta, em uma conversa franca com a professora de Ciências, ele revelou: “Sofro preconceito o tempo inteiro, professora. Eu queria era ser ouvido”.

Para Sheila, que desenvolve em Contagem, há um ano, um projeto afetivo-sexual, o tema deveria ser trabalhado já na formação dos educadores tanto na graduação quanto no ambiente de trabalho. Em relação ao preconceito manifestado pelos outros alunos, ela não tem dúvidas: “O professor tem de tomar uma atitude. É preciso tentar colocar o aluno no lugar do outro”. Para conhecer um pouco mais sobre o universo LGBT, Sheila participou da Parada de Orgulho LGBT que ocorreu em Belo Horizonte em julho do ano passado, atividade pro-

posta pelo Educação sem Homofobia. “Já tinha vontade de ir, mas nunca tinha ido. Foi muito tranquilo, nunca me senti tão segura em uma multidão tão grande. Achei o máximo!”, lembra.

No projeto que desenvolve, Sheila exibiu filmes, como “Transamérica” e “Minha Vida em Cor-de-rosa”, promoveu dinâmicas e palestras e incentivou os estudantes, na faixa dos 13 aos 18 anos, a elaborarem textos e jogos. “Os próprios alunos produziram um jogo de memória, no qual você deve combinar a pergunta com a resposta correta”, conta orgulhosa.

A educadora infantil Letícia Rocha de Freitas, que também assistiu às aulas do Educação sem Homofobia, teve de enfrentar uma situação delicada no início de 2008. Na sua sala de aula, onde a maioria dos alunos tem quatro anos, um menino chamou o outro de “bicha”. “Fiz uma roda de conversa e questionei se aquilo era um xingamento ou um elogio. Perguntei para a turma o que era, afinal”, conta Letícia, que trabalha em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte. As respostas foram variadas.

- Bicha é igual mulher!
- Então eu sou bicha?, perguntou a educadora.
- Não.
- É uma formiga pequenininha.
- É sapatão.
- É palhaçada.

A educadora infantil explica sua intenção: “Queria verificar se eles sabiam o que estavam falando e fazê-los perceber, dentro do entendimento deles, o que estavam falando”. Sua percepção é de que os meninos não sabem muito bem o sentido dessas palavras, mas têm consciência de que aquilo é ofensivo. “Percebo que



Marco Antonio Torres, coordenador-executivo do Projeto Educação sem Homofobia.

isso vem dos pais, eles reproduzem conceitos do meio onde vivem”, diz. Letícia conta que sempre faz a dinâmica de escutar o coração. “Viro para eles e digo: o coração de todo mundo bate igual, não bate? Todo mundo sente, mas cada um é diferente. O sentimento é igual”.

Para o coordenador-executivo do Educação sem Homofobia, Marco Antonio Torres, a escola não pode se omitir sobre o assunto. “A escola e a família que não combatem a violência contra homossexuais em nosso país contribuem e são coniventes com essa agressão”, defende. Para ele, a escola tem um longo caminho a trilhar. “A comunidade escolar ainda não consegue ser totalmente laica, trabalhar suas questões internas isenta dos valores

Diversidade sexual na sala de aula

peçoais de alguns grupos religiosos. Enquanto a escola não conseguir trabalhar os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sua missão em relação à diversidade sexual estará seriamente comprometida”, argumenta.

Discutir e combater a homofobia no contexto escolar não é tarefa fácil, exige criatividade, revisão dos próprios conceitos e, mesmo, questionamentos acerca das posturas de alguns colegas de trabalho. Para o psicólogo Daniel Arruda Martins, que ministrou aulas no projeto Educação sem Homofobia, uma ação torna-se fundamental. “É preciso romper o pacto do silêncio ao redor das homossexualidades. O silêncio do educador diante de ofensas, maus-tratos e outras formas de violência com conteúdo homofóbico legitima essas práticas. É necessário demarcar tais atitudes como inaceitáveis!”, acredita. Mes-
trando em psicologia social pela UFMG e pesquisador do NUH, Daniel Martins pesquisa para sua dissertação o que chama de política do armário. “A partir dos relatos dos professores e professoras, percebemos o quanto pode ser sofrida a história de meninos e meninas que começam a se reconhecer como ‘diferentes’ a partir do olhar, do riso, da piadinha e da injúria dos colegas. Tais experiências informam a essa criança o que ela não pode ser”, explica.

Temas transversais

Se depois de todos esses exemplos, você ainda acredita que as aulas de orientação sexual limitam-se ao ensino da prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, é melhor repensar o projeto pedagógico da sua escola. A discussão sobre sexualidade aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, desde 1997, nos Temas Transversais. O documento sugere que a “Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados”. No documento, propõem-se três eixos para nortear a atuação do pro-



Foto: Roberto Alves Reis

Graduandos e pós-graduandos da UFMG colaboram no Educação sem Homofobia.

fessor: corpo humano, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.

Nota dez para a professora de Ciências Marizane Diniz Marques, que, em seu projeto “Educação Sexual”, abordou os três eixos sugeridos nos Temas Transversais. Professora de uma escola da rede municipal de Belo Horizonte, Marizane elaborou o projeto a partir da própria demanda de três turmas da 5ª série e de uma da 4ª a partir de uma enquete no início de 2008.

Ao longo do projeto, foi criado um caderno de perguntas e respostas, no qual os alunos escreviam suas dúvidas sem precisarem se identificar. Marizane levava o caderno a todas as aulas e os estudantes tinham livre acesso a ele. No início de cada aula, a professora lia e discutia todas as perguntas. A iniciativa foi um sucesso. Apenas uma das turmas, por exemplo, elaborou 230 perguntas ao longo do ano. As questões eram as mais variadas como “se a mulher quiser fazer sexo com uma outra mulher ela engravida?” ou “homem com outro homem chama homossexual? e a mulher com a mulher?”.

Cada aluno também construiu um livreto com material informativo colhido em revistas, panfletos e livros didáticos. Os assuntos que foram parar no livreto abordavam desde adolescência e DSTs até corpo humano e diversidade sexual. Marizane também levou para a sala livros de literatura sobre temas diversos, como namoro, infância, abandono familiar e sexualidade. Fazia a propaganda dos livros para criar interesse. Mas não apenas os alunos disputavam os livros. “Eu e minha filha disputávamos mesmo esses livros. São muito bons. Essas aulas foram enriquecedoras para os alunos e para a família também”, conta Eliane Barbosa Pinto, mãe de Clara, de 11 anos, que estuda na 4ª série. A mesma opinião sobre as aulas de Educação Sexual é compartilhada por Eliane Silva de França, mãe de Renata, 11 anos, que estuda na 5ª: “Antes, a gente não tinha coragem de falar, de ensinar. Aprendi muito com minha

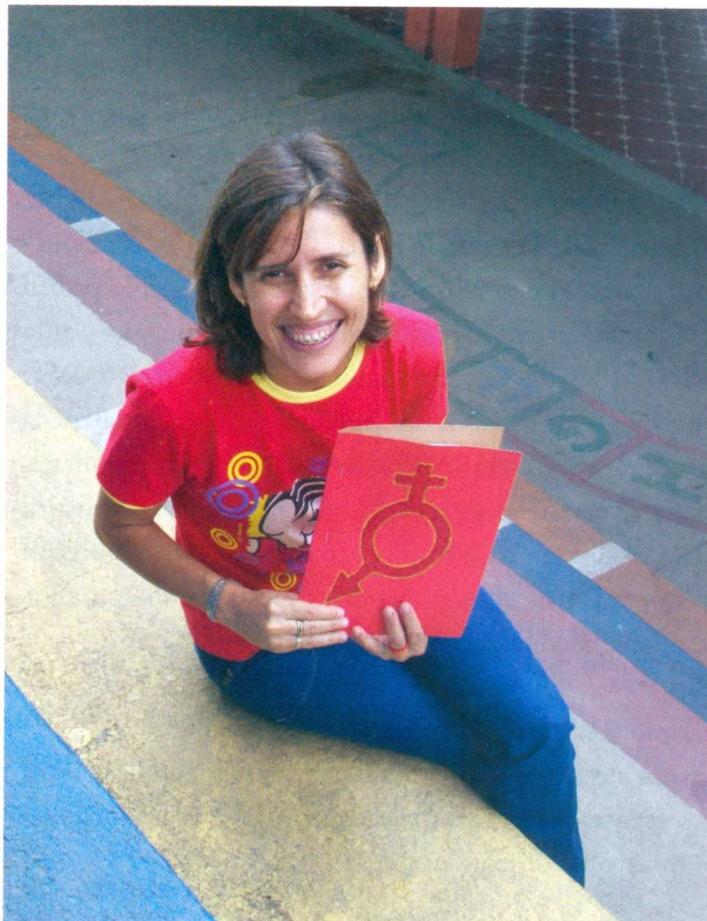


Foto: Roberto Alves Reis

Marizane e o livreto feito por alunos sobre diversidade sexual.

filha. Fomos nos entrosando mais. Agora, já explico tudo. Achei ótimo!”. A professora Marizane não deixa de mencionar o Educação sem Homofobia. “O curso valeu demais para mim. Foi um presente”, elogia.

No início de dezembro do ano passado, a escola onde Marizane leciona em Belo Horizonte, a Escola Municipal Antônio Gomes Horta, promoveu sua Feira de Cultura. Em um pequena sala, repleta de carteiras e com cartazes coloridos pregados em todas as paredes, as turmas da professora Marizane apresentaram seus trabalhos das aulas de Educação Sexual. Em um dos cartazes, o relato de um aluno: “Aprendi que todos somos iguais sendo preto, branco, gordo, magro ou com uma orientação sexual diferente”.



Diversidade sexual na sala de aula

“Minha presença ainda causa surpresa”

Alta e sempre bem vestida, Sarug Dagir Ribeiro ocupa um espaço ainda raro nas universidades do País: a de uma educadora transexual. Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Sarug concluiu o mestrado em Teoria da Literatura em 2004. No projeto Educação sem Homofobia, ministrou as aulas “Travestilidade e Transexualidades: a construção do feminino” e “Processos de intervenção e material pedagógico”. Para a educadora, nas escolas, a discriminação contra travestis e transexuais é generalizada. “A instituição escolar ainda é muito heteronormativa. O preconceito está nas pessoas, na instituição como um todo. Somente a educação pode mudar isso”.

Como é ser uma educadora “trans”?

É um desafio porque, dada a invisibilidade das “trans” no espaço escolar, minha presença ainda causa surpresa e é motivo de desconfiança e deboche.

Você já sofreu alguma discriminação na universidade?

Quando vou à cantina, as pessoas ficam rindo, apontando o dedo e cochichando no ouvido. É uma situação constrangedora.

Alunos e alunas transexuais e travestis têm sido respeitados nas escolas?

Acredito que não. Aqui em Minas, por exemplo, os seus nomes sociais [nomes pelos quais travestis e transexuais preferem ser chamadas e que correspondem à sua identidade de gênero] nem sequer são aceitos nos registros escolares. Este talvez seja o primeiro passo para a inclusão de trans no espaço escolar. A partir daí, a escola deve assegurar que não ocorra qualquer tipo de discriminação ou violência simbólica por identidade de gênero.

O assunto ainda causa espanto em educadores?

O assunto das travestilidades e transexualidades causa espanto e dificuldades por parte dos educadores porque, primeiro, eles devem combater os próprios preconceitos.

Como ocorre o preconceito contra transexuais e travestis nas escolas?

De diferentes formas, desde piadinhas até agressão física. Outras formas são o impedimento do uso do banheiro, do uso do nome social e da circulação no espaço da escola. Muitas vezes, o preconceito aparece de forma silenciosa e insidiosa; nesse caso, o professor tem de ser perspicaz na detecção desse tipo de violência.

Diante de um aluno travesti ou transexual discriminado na escola, como o professor deve agir?

Primeiro conversar com a turma e com a direção da escola no intuito de humanizar as relações, estabelecendo laços de aceitação e respeito pela diferença. O professor pode discutir com a turma ou passar um filme para ajudar na conversa. Mas, de forma alguma, deve ser conivente e silenciar diante do preconceito.

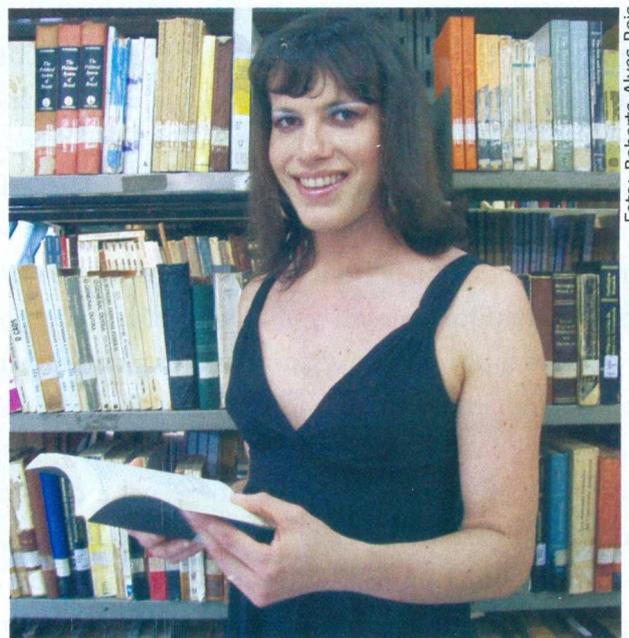


Foto: Roberto Alves Reis

Para Sarug, escola não respeita as “trans”.

Para ir além

Quem desejar saber um pouco mais sobre o Educação sem Homofobia pode procurar a página do projeto na internet: <http://educacaosemhomofobia.blogspot.com>. Outro *site* bastante esclarecedor é o www.papocabeca.me.ufrj.br/diversidade. Lá você tem acesso, gratuitamente, ao livro “Diversidade Sexual na escola”. Informativa, colorida e bem-humorada, a obra explica conceitos e desconstrói mitos a respeito da homossexualidade.

Alguns livros aprofundam a discussão sobre o assunto, como “Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade”, de Marco Aurélio Prado e Frederico Machado (editora Cortez), “O corpo educado: pedagogias da sexualidade”, organizado por Guacira Lopes Louro (Editora Autêntica) e “Toda feita: o corpo e o gênero das travestis”, de Marcos Benedetti (Garamond).

O filme “Medo de quê?”, que discute homofobia e direitos sexuais, pode ser adquirido no *site* www.ecos.org.br. A página oferece ainda o livro “Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens”, que traz sugestões de dinâmicas para serem aplicadas em sala de aula.



As Travestis são pessoas com identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico. Realizam modificações corporais temporárias ou permanentes (mas não rejeitam o seu órgão sexual), vivem e apresentam-se socialmente como do gênero oposto ao que lhe seria convencionalizado, desejando serem identificadas cotidianamente pelo resultado desta expressão.

As Transexuais são pessoas de sexo genital determinado, mas que psicologicamente pertencem ao sexo oposto. A maioria dos casos tem como características a rejeição pelo órgão genital e a necessidade da cirurgia de transgenitalização. Lembrando, podemos ter tanto homens como mulheres transexuais.

Informações extraídas do livro "Diversidade Sexual na escola"
(<http://www.papocabeca.me.ufrj.br/diversidade/DiversidadeWeb.pdf>).